

Carreira e organização sindical dos professores de educação básica no Brasil e em Portugal¹

Aline Chalus Vernick Carissimi

Doutora em Educação pela UFPR.

Pedagoga na Escola Municipal Rio Negro.

Pedagoga da rede estadual do Paraná.

E-mail: alinevernick@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca apresentar um comparativo sobre a organização sindical dos professores do ensino básico no Brasil e em Portugal, tendo como referência a análise sobre a organização sindical da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação no Brasil (CNTE) e a estrutura sindical dos professores portugueses. Além disso, o presente artigo busca analisar os principais desafios das carreiras dos professores nesses países a partir de revisão de literatura, análise documental e entrevistas realizadas pela pesquisa com dirigentes sindicais portugueses.

Palavras-chave: Organização sindical. Carreira docente. Estudo comparado. Brasil e Portugal.

¹ Pesquisa financiada pelo convênio do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre os anos de 2014/2015.



INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo apresentar um comparativo entre as estruturas sindicais dos professores de educação básica no Brasil e em Portugal, tendo como análise mais profunda os principais desafios atuais das carreiras docentes em ambos os países. Incursionar nesse estudo comparado permite verificar as semelhanças e diferenças da organização sindical e das condições de carreiras dos docentes em contextos diferenciados.

A temática sobre sindicalismo docente tem apresentado cada vez mais uma relação orgânica com a pesquisa, num contexto de hibridização entre análise do campo da ação sindical, no campo da pesquisa, assim como, com a produção do próprio “saber sindical” resultante dos saberes produzidos pelas organizações sindicais. Essa ideia de produção de pesquisa e de saber a partir da prática sindical, revela uma “epistemologia comum do sindicalismo”. (Robert, 2013).

Neste sentido, o sindicalismo docente, tem se constituído em um campo potencial de investigação principalmente quando se referem, de acordo com Robert (2013) das tendências e desvios da política governamental, cuja relação tem grande proximidade do sindicalismo docente, principalmente o sindicalismo do serviço público.

Portanto, os estudos sobre o sindicalismo se destacam na arena da agenda política, em especial quando da articulação e relação com os interesses corporativo-trabalhistas e a política educacional.

Para Chiroque (2010) a ação sindical traduz a posição dos trabalhadores, neste caso dos professores, diante das políticas educacionais e da organização dos sindicatos, se expressa em:

Forma de organização daqueles que trabalham na docência formal, cuja finalidade central é defender e promover as condições de trabalho e de ensino junto a um empregador. A partir desse propósito, alguns sindicatos docentes também tomam posição diante das políticas educativas e das políticas do conjunto da sociedade. (...) (CHIROQUE, 2010, s/p.)

Neste sentido, a importância dos sindicatos, no cenário da ação sindical propriamente corporativa, tem o papel de pressionar os governos criando possibilidades para a disputa em torno da educação, conforme destacam Gouveia e Ferraz (2003):

Existem muitas entradas para o debate sobre políticas educacionais: a legislação, os indicadores de oferta, a ação política dos diferentes atores. Em especial, quando se propõem discutir a política educacional a partir da ação política, a mirada a partir

do movimento sindical se apresenta como uma alternativa interessante, tanto em termos da agenda da luta – o que pode revelar os temas conjunturais –, quanto em termos dos espaços institucionalizados ou não para que esses atores influenciem (ou busquem influenciar) a política. (GOUVEIA e FERAZ, 2013, p.125)

A disputa travada entre sindicato e governo traduzem as lutas explícitas diante do poder, concorridas pela força de mobilização que elas exercem sobre os sujeitos, e conferem aos grupos políticos, neste caso aos sindicatos, aquilo que Bordieu (2012) define como o reconhecimento da potencialidade do “ser”/“grupo”, confiança, crença e obediência, o poder simbólico, extraído da força política. (Carissimi, 2016)

METODOLOGIA

Diante da conjuntura apresentada inicialmente destaca-se que este trabalho faz análise descritiva e comparativa dos modelos das entidades sindicais de docentes nos dois países.

Para Carvalho (2014) um estudo comparado,

não se limita a identificar as semelhanças e diferenças entre os fenômenos, mas abrange a explicação do porquê de elas ocorrerem ou o que faz com que o comportamento da parte seja diverso. Isso implica reconhecer que existe um processo de internacionalização do capital, no qual, cada vez mais, as políticas e práticas educativas, tendo determinantes comuns, são cada vez mais semelhantes. Esse reconhecimento não significa a negação das especificidades dos diferentes países, mas sim que estas precisam ser investigadas sob uma perspectiva de que o específico é, de forma contraditória, a forma de manifestação do movimento geral/universal. (Carvalho, 2014, p.139)

Neste sentido, o referido estudo buscará apresentar as regularidades e diferenciações entre as estruturas sindicais do Brasil e de Portugal, e também as carreiras docentes, tendo como pressuposto que as políticas educativas, a partir de seus determinantes comuns e sob a influência das políticas econômicas, são cada vez mais semelhantes, até mesmo convergentes, mesmo que em tempos históricos dispares, como poderá ser observado no decorrer do trabalho.

Para esse estudo comparativo realizou-se revisão de literatura sobre a temática, análise documental das legislações vigentes nos dois países e entrevistas realizadas com dirigentes sindicais portugueses, especificamente da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O contexto de organização sindical português tem uma característica bastante difusa do modelo brasileiro de sindicalismo docente, de forma que o arranjo sindical dos professores portugueses, comparativamente ao caso brasileiro, não se organiza em torno da unicidade sindical, mas a partir da pluralidade de entidades.

De acordo com STOLEROFF e SANTOS (2012), algumas entidades portuguesas representam desde os professores/educadores de infância (docentes da educação infantil), ensino básico (ensino fundamental), ensino secundário (ensino médio) até os docentes do ensino superior, tanto do serviço público como da iniciativa privada.

Ainda assim, existem sindicatos que representam apenas os docentes do ensino superior, outros apenas os docentes do ensino básico, outros somente os professores de educação infantil e assim entre tantos outros.

A educação em Portugal apresenta um contexto da organização nacional, ou seja, a educação é organizada por um sistema de ensino nacional, a partir de diretrizes emanadas pelo governo central.

Nesse sentido, a carreira dos professores portugueses é regido por um estatuto único para educadores de infância (ensino pré-escolar), professores do ensino básico e ensino secundário.

A organização sindical dos docentes portugueses, como já dita anteriormente, é difusa, e há uma pluralidade de entidades representativas distribuídas em 4 federações sendo elas:

- FENPROF (Federação Nacional dos Professores);
- FNE (Federação Nacional dos Sindicatos da Educação);
- FEPECI (Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Cultura e Investigação/Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação);
- FENEI/SINDEP: Federação Nacional de Ensino e Investigação/Sindicato Nacional e Democrático dos Professores e outros sindicatos no bojo dos “Independentes”.

Cada uma das federações reúne uma extensa gama de sindicatos de professores. A FENPROF é a federação a qual os sindicatos somam o maior quantitativo de professores de Portugal, sendo que desses

sindicatos o que possui maior número de sindicalizados é o SPGL (aproximadamente 20 mil professores) distribuídos nos sindicatos a seguir:

- SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa);
- SPN (Sindicato dos Professores do Norte);
- SPRG (Sind. Professores da Região Centro);
- SPZS (Sind. Professores da Zona Sul);
- SPRA (Sind. Professores da Região dos Açores);
- SPM (Sindicato dos Professores da Madeira);
- SPE (Sindicato dos Professores que atuam no Estrangeiro).

Já os sindicatos ligados à FNE são:

- SPZN - Sindicato dos Professores da Zona Norte;
- SPZC - Sindicato dos Professores da Zona Centro;
- SDPGL - Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa;
- SDPSUL - Sindicato Democrático dos Professores do Sul;
- SDPA - Sindicato Democrático dos Professores dos Açores;
- SDPMADEIRA - Sindicato Democrático dos Professores da Madeira;
- SPCL - Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas.

Ainda se tem as seguintes federações e sindicatos:

- FEPECI/SINAPE: Federação Portuguesa dos Profissionais da Educação, Ensino, Cultura e Investigação/Sindicato Nacional dos Profissionais da Educação;
- FENEI/SINDEP: Federação Nacional de Ensino e Investigação/Sindicato Nacional e Democrático dos Professores;

E por fim a identificados com características de Independentes tem-se os seguintes sindicatos e associações:

- SPLIU: Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades;
- SNPL: Sindicato Nacional dos Professores Licenciados;
- SEPLEU: Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades;
- SPLIU: Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades;
- SNPL: Sindicato Nacional dos Professores Licenciados;
- SEPLEU: Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades;

- ASPL: Associação Sindical de Professores Licenciados;
- PRÓ- ORDEM: Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem;
- SIPPEB: Sindicato dos Professores do Pré-Escolar e do Ensino Básico;
- SIPE: Sindicato Independente dos Professores e Educadores;
- SINPROFE: Sindicato Nacional dos Professores e Educadores;
- SNPES: Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Secundário;
- USPROF: União Sindical dos Professores;

O sindicalismo docente da educação básica no Brasil é organizado tomando como referência o regime federativo, ou seja, cada ente federado (estados e municípios) possui seus próprios quadros de serviço público, e aí se incluem o magistério público.

Desta maneira, podemos dizer que cada quadro do serviço público, municipal, estadual ou federal, possuem também suas próprias entidades representativas, que podem ser organizadas tomando como eixo de organização o agrupamento de todo o serviço público, ou seja, sindicato único, ou ainda podem estar organizados por ramos de atividade, neste caso o educacional, ou pela categorização profissional, como por exemplo: sindicato de professores, exceto os demais trabalhadores da educação.

Para Tavares e Gouveia (2012) o regime federativo, caso brasileiro, traz implicações no atendimento educacional, no contexto de colaboração entre os entes federados, e também sobre a carreira do servidor público, pois esses ficam definidos pelos entes federados, conforme destacam:

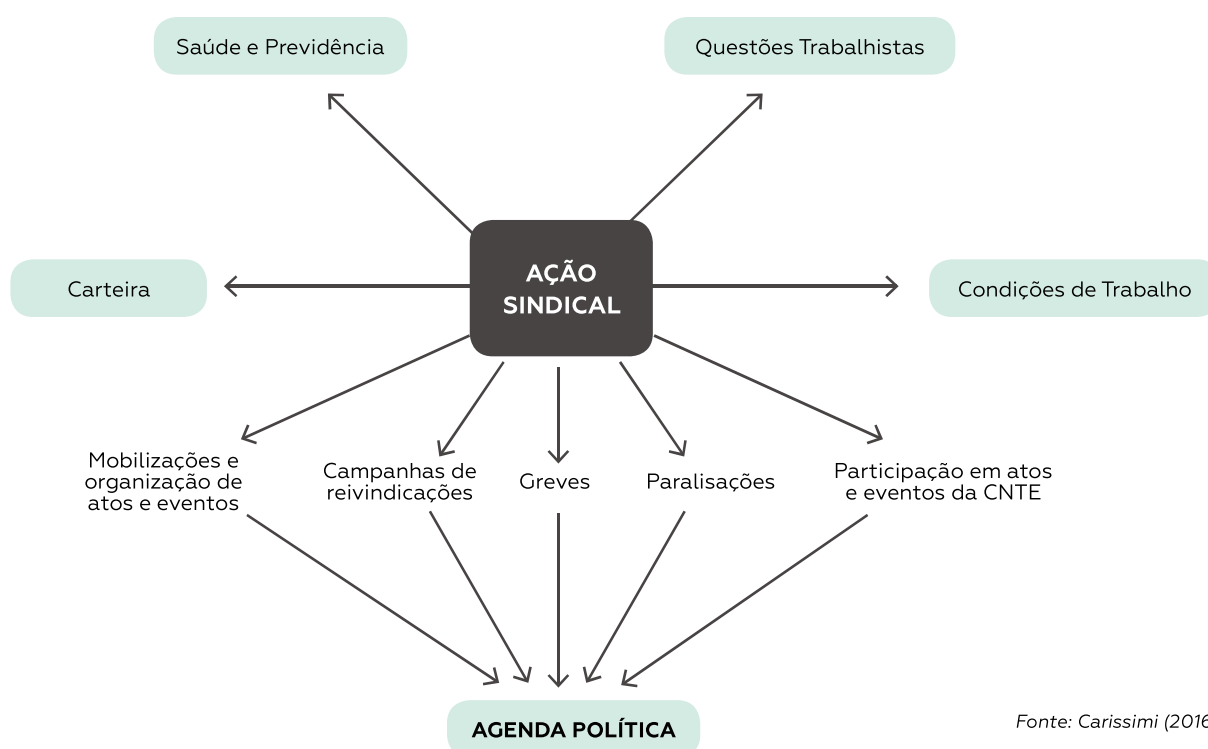
A CF define que a regulamentação da vida laboral dos servidores públicos civis é tarefa de cada ente federado. No artigo 39 encontra-se a seguinte premissa: "a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas." (BRASIL, 1988). Isso tem a consequência primeira e direta de que qualquer alteração na forma de contratação, remuneração, movimentação na carreira, avaliação e outros elementos possíveis da vida funcional sempre depende de regras próprias de cada ente federado. A legislação nacional é mandatória, mas se realiza sempre com a mediação de norma local, o que constrói um cenário contínuo de disputas locais. (TAVARES e GOUVEIA, 2012, p.190)

Na prática isso significa que, se tem distribuídos por todo território nacional brasileiro inúmeras formas de contratos e vínculos com os docentes do

serviço público, que implicam em variadas jornadas de trabalho, regimes de contratação, salários, entre outros, e nesse sentido embora a União seja a definidora e indutora das principais políticas e normativas da educação nacional, teremos nos entes federados diferentes desdobramentos da política pública educacional. Nisso, acrescente-se as definições em torno

do trabalho docente e seus estatutos, e também sobre a ação sindical docente.

Neste sentido, cada ente federado apresenta carreiras distintas entre si para o atendimento de seu quadro de docentes do serviço público, o que demanda ações sindicais diferenciadas sobre as reivindicações corporativas de suas categorias.



Fonte: Carissimi (2016)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) foi criada em 1960, quando denominava-se Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), de acordo com as autoras VICENTINI; LUGLI (2009) em 1979, a CPPB incorporou os professores secundários dos antigos ginásios, e passou a se chamar CPB - Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em 1990 a CPB unificou várias Federações da educação numa mesma entidade nacional e passou a denominar-se CNTE, entidade que também é filiada à I.E. - Internacional de Educação e à CEA - Confederação de Educadores Americanos.

Atualmente a CNTE tem 50 entidades filiadas e representa mais de 4 milhões de trabalhadores da educação na luta pela valorização dos trabalhadores em educação, especialmente na garantia de direitos e ampliação da cidadania. Além disso, atua na defe-

sa e disputa da agenda política educacional frente ao governo nacional.

Diante disso, a CNTE organiza em instância nacional as principais pautas corporativas da educação e dos trabalhadores da educação, essas que são desdobradas e organizadas nas pautas locais dos seus sindicatos filiados.

É importante destacar que muitos sindicatos que representam o magistério público, são afiliados à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) que até o momento, diferentemente do que ocorre em Portugal, é a única federação nacional que agrega e representa os sindicatos dos trabalhadores da educação pública.

No caso brasileiro, as reivindicações pela melhoria das condições de trabalho dos professores e pela qualidade educacional, constituem-se tarefa

central das entidades sindicais de professores, sejam elas municipais e estaduais, e são em grande parte organizadas pela CNTE.

A ação sindical da CNTE, junto às suas entidades filiadas, é de organização das pautas centrais corporativas da categoria dos trabalhadores da educação na tentativa de constituir a agenda política de disputa com os governos.

O contexto do sindicalismo docente do serviço público na atualidade é resultado do processo de transição histórica entre o associativismo e o sindicalismo, modelo adotado pós Constituição de 1988, no percurso histórico.

O contexto da valorização docente agrega, em grande medida, as condições de trabalho dos professores do magistério público brasileiro, as quais têm sido marcadas por intenso debate entre sindicatos e governo, especialmente após a década de 1980, quando os sindicatos de professores passaram a constituir-se em entidades combativas de mobilização e luta em torno da melhoria das condições e direitos dos trabalhadores da educação.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal do Brasil (CF 88), ao se reconhecer no artigo 37, inciso VI, a garantia ao servidor público civil o direito à livre associação sindical, os sindicatos passam a se organizar de modo a representar legalmente os trabalhadores; são os sindicatos que, em sua grande maioria, representam de maneira legítima o coletivo de trabalhadores nas relações com o empregador, neste caso, com o governo.

Cabe ressaltar que a organização do sindicalismo mediante sua configuração na CF 88 constitui-se no marco legal a partir da legislação nacional, porém a funcionalidade das associações com característica sindical combativa já ocorria desde o início da efetivação das associações dos docentes brasileiros, haja vista o poder de intervenção das associações junto aos governos sobre as políticas educacionais e diversas lutas de natureza corporativa do magistério.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, as entidades sindicais foram cada vez mais especializando suas pautas/demandas, uma vez que durante a década de 1990 o movimento sindical foi basicamente de resistência às políticas neoliberais. Na década seguinte, o movimento

foi de reivindicações em torno de pautas voltadas para a melhoria do trabalho dos profissionais da educação e valorização desses profissionais, especialmente a partir de 2003, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), campo de esquerda, quando se ampliou o diálogo entre o governo federal e as entidades sindicais.

No entanto com o advento do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff (PT) em 2016 no governo central, muitas das pautas até então conquistadas pelos servidores públicos, incluindo o magistério, entram em refluxo e passam a ocorrer inúmeras propostas de retiradas de direitos dos trabalhadores, envolvendo reforma previdenciária, trabalhista e outras retrações de direitos em agendas localizadas nos entes federados.

Em Portugal, o contexto do trabalho docente na atualidade é de desmonte da carreira com a implementação de políticas que produziram reformas em eixos importantes do trabalho docente, sobretudo da carreira docente que é regida por um estatuto único: Estatuto da Carreira Docente (ECD) que agrega os Educadores de Infância e os Professores de Ensino Básico e Secundário. (GROCHOSKA, 2015)

É importante salientar que Estatuto da Carreira Docente (ECD) é a principal legislação reguladora das relações de trabalho e carreira dos professores portugueses, sua criação ocorreu em 1990 e desde sua aprovação o ECD passou por reformas em 1998, e de maneira mais intensa nos anos de 2005, 2007, 2009 e 2010, as quais trouxeram mudanças significativas no arranjo laboral dos professores.

Para STOLEROFF e SANTOS (2012), essas reformas na carreira do professor e na gestão das escolas portuguesas, ocorreram com base em medidas que adotaram princípios meritocráticos que levaram a revisão do Estatuto da Carreira Docente e a reforma da gestão e direção escolar, a partir de argumentos fundamentados na eficiência dos sistemas de ensino e no aumento do profissionalismo docente, considerando também estratégias de austeridade econômica.

No caso brasileiro, reivindicações pela melhoria da remuneração, pela ampliação do percentual previsto para hora-atividade, ampliação dos investimentos financeiros para educação, entre outras, tem se constituído tarefa central das entidades sindicais, organizadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), de forma com que compuseram algumas das principais disputas nos últimos anos dos sindicatos docentes, como forma de efetivar a valorização profissional prevista na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF 88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394/96. (CARISSIMI, 2016)

Ainda sobre os docentes brasileiros, podemos destacar que as condições de trabalho e carreira são regidas a partir das leis nacionais e, também, obedecem a legislações específicas de cada sistema ou rede de ensino. A ação sindical das entidades representativas do professorado brasileiro é desenvolvida considerando essa conjuntura.

Ao analisar a conjuntura econômica dos últimos anos e sua relação com a carreira dos professores portugueses, verificamos que a implementação de medidas de austeridade econômicas que afetaram diretamente o serviço público e a carreira docente, foram desenvolvidas e implementadas desde o início dos anos 2000, por sucessivos governos.

De acordo com GROCHOSKA (2015) entre os anos de 2010 e 2013 entraram em jogo as políticas de austeridade orientadas pela Troika (comissão formada por integrantes da União Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), responsável pelo planejamento e ações de reestruturação econômica nos países europeus. E então, as medidas de austeridade foram aprofundadas e os docentes entram em situações ainda piores, porque além da não progressão na carreira que já acontecia desde 2007, passam a enfrentar dificuldades de enquadramento da carreira e cortes de salários.

Em entrevista realizada pela autora deste trabalho junto aos dirigentes da FENPROF, foi possível observar os principais impactos na carreira docente em Portugal que consistiram em três choques no escopo da valorização profissional, sendo: reenquadramento na tabela remuneratória; suspensão da progressão na carreira e cortes salariais.

Sobre o reenquadramento na tabela remuneratória, o que ocorreu foi que os professores contratados (que não pertenciam ao quadro), quando entravam no quadro deixavam a situação de contratado e eram integrados no escalão de acordo com o número de anos de serviço que tinham. Isto é, um professor que tinha dois anos de serviços ia para o primeiro escalão, um professor que tinha 30 anos de serviço ia para o último escalão. Ou seja, eram integrados de acordo com o tempo de serviço que tinham como contratados.

A partir de 2007 todos os professores provisorios contratados que entram na carreira, independentemente do tempo de serviço, entram para o primeiro escalão.

Observemos a tabela remuneratória atual:

Escalão	Índice	Vencimento base
	151	1.373,13 €
1º	167	1.518,63 €
2º	188	1.709,60 €
3º	205	1.864,19 €
4º	218	1.982,40 €
5º	235	2.137,00 €
6º	245	2.227,93 €
7º	272	2.473,46 €
8º	299	2.718,99 €
9º	340	3.091,82 €
10º	370	3.364,63 €

Fonte: site da SPGL dados de 2016

Para o docente mudar de um escalão para o outro leva-se em média de 2 a 4 anos. Na maioria dos casos de troca de escalão, a passagem se dá por consequência de tempo de serviço e da avaliação, no entanto no caso da passagem do 5º para o 6º e do 7º para o 8º é constituído de uma “trava”, pois o número de vagas é limitado.

No que se refere à progressão na carreira, os mecanismos de progressão na carreira foram bloqueados, ou seja, o tempo de serviço dos docentes deixou de contar, entre 2007 e 2014, de forma que os professores mantêm-se durante esses anos todos no escalão da carreira em que estavam em 2007 e, portanto, não progrediram como deveriam ter progredido. O professor que estava no primeiro escalão, e que deveria ter passado para o escalão a seguir em média quatro anos depois, não passou. Ou seja, continua no 1º escalão ou congelado naquele que estava.

Sobre os cortes salariais entre os anos de 2010 a 2013, os professores sofreram cortes salariais na casa dos 10% a 30%. Os cortes não foram todos iguais, a percentagem de corte dependia dos salários, ou seja, entre 7% a 10% dos mais baixos e quase 30% dos superiores, de qualquer forma todos os professores do serviço público tiveram cortes de salários.

De modo geral podemos concluir que excetuando as especificidades locais, territoriais, tamanho da população, modelo político, e observando apenas os modelos sindicais no Brasil e Portugal e as respectivas carreiras docentes, pode-se afirmar que em ambos os países o modelo sindical é bastante distinto.

Em Portugal, predomina a pluralidade de sindicatos em uma mesma base de representação, bem como também há uma pluralidade de fede-

rações. No Brasil, sobretudo no serviço público, a organização sindical predominante ocorre obedecendo a representação dos servidores de acordo a partir de seus vínculos nos entes federados, isso ocorre especialmente por conta do pacto federativo, uma parte significativa dos sindicatos encontram-se filiados a apenas uma confederação nacional e algumas federações locais.

Se em Portugal há um sistema nacional de ensino, no Brasil cada ente federado possui, na maioria das vezes, seu próprio sistema de ensino. Nos dois casos, os sindicatos atuam por ramo de atividade, ou seja, os sindicatos organizam-se a partir dos profissionais da educação.

No que versa aos desafios da carreira docente no ensino básico, vemos que no caso português há um refluxo iniciado a pelo menos uma década no que se refere as políticas salariais com cortes de salários e congelamento da tabela salarial, afetando de modo irreparável a carreira dos professores portugueses.

No caso brasileiro, a última década foi de avanços, no campo da educação cresceu significativamente os debates de pautas históricas tais como a Lei do Piso (PSPN), a Conferência Nacional da Educação (CONAE), Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), todas elas acompanhadas das intensas jornadas de mobilização e campanhas realizadas pela CNTE. Porém os anos de 2016 e 2017 tem revelado tempos de incertezas e veemente capacidade de luta contra retiradas de direitos.

A lei do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), n.º 11.738/2008, instituiu para os professores brasileiros dos sistemas públicos de ensino da educação básica, um piso salarial mínimo e, além disso, fixou a aplicação de 1/3 da jornada de trabalho docente para a realização da hora-atividade, momento de estudos e planejamento dos professores.

Para Ferraz e Gindin (2014) dentre as várias pautas sindicais, a luta e consequente aprovação do PSPN, foi uma das que mais exigiram ação sindical permanente das entidades, conforme destacam:

Contudo, a batalha mais marcadamente sindical, pois diz respeito direto à representação trabalhista de interesses, foi travada ao redor do PSPN, em 2008. Luta esta, que se torna constante e permanente após a promulgação da lei, para que a mesma venha a ser cumprida em todas as redes de ensino da Federação, e dentro da interpretação legal que a CNTE faz sobre a sua aplicação. (FERRAZ e GINDIN, 2014, p. 288)

Desta maneira, cabe reconhecer que o trabalho de mobilização realizado pela CNTE, sobre a pauta sindical da Lei do Piso, obteve avanço devido à grande capacidade de diálogo entre governo fede-

ral e os movimentos sindicais, durante o período de 2006 a 2008, os autores Ferraz e Gindin (2014) destacam, nesse sentido, o esforço da CNTE para construir uma pauta de reivindicações nacional que dialogasse com o governo federal e locais.

Outro tema que pode ser considerado um avanço na conjuntura sindical foi a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE) que trouxe o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) entre os diversos segmentos, do executivo, legislativo, sindical, social e outros. De acordo com Ferraz e Gindin (2014) a competência orgânica e de intervenção sindical na construção das conferências, tanto nos âmbitos dos Estados quanto dos municípios, ocorreu justamente a partir da capacidade de unificação e capilaridade entre os sindicatos da educação ligados à CNTE e da CNTE com outros movimentos do campo educacional.

Mais um ponto de destaque da CNTE foi relativo à implantação do FUNDEB, segundo Ferraz e Gindin (2014), a confederação teve participação importante na garantia e exigência da aplicação de percentual específico na remuneração dos profissionais do magistério da educação e nos planos de carreiras dos entes federados, como estratégia de valorização profissional.

Muito embora a política de fundos não se compusesse necessariamente em agenda política dos sindicatos, os espaços dos conselhos, controles e fiscalização do fundo tornaram-se espaços de disputa das pautas sindicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar possíveis cenários de conclusão, verificamos que o panorama da carreira docente no Brasil encontra-se em processo de incertezas, uma vez que a própria carreira do serviço público vem sendo ameaçada por novas reformas e emendas constitucionais, impostas pela agenda do novo governo que substituiu a presidenta Dilma Rousseff, pós procedimento de impeachment, em que os investimentos em educação foram congelados por 20 anos com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95.

Além disso, as lutas contra as reformas trabalhistas e previdenciárias, propostas recentemente, povoam boa parte das pautas sindicais, uma vez que, a aprovação de uma reforma previ-

denciária, por exemplo, colocará em risco o tempo de contribuição e idade mínima para aposentadoria dos trabalhadores brasileiros, atingindo de maneira irreparável a classe docente, com o fim da aposentadoria especial e o envelhecimento dos docentes em sala de aula.

Diante do que foi discutido até agora observa-se nuances que se repetem. Na carreira docente, mesmo que tardiamente do que ocorreu em

Portugal durante os anos 2000, com o desmonte da carreira docente, verifica-se que em ambos os países, Brasil e Portugal, as políticas educativas seguem um curso de semelhanças e regularidades. Mesmo que em continentes diferentes, pode-se afirmar que isso ocorre, em grande medida, devido à convergência do capital sobre as políticas públicas e educativas e o avanço do neoliberalismo sobre a aldeia global.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, de 05 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/3bc3B8>>. Acesso em: 03 mar. 2010.
- _____. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 1996. Disponível em: <<http://goo.gl/v5VUVr>>. Acesso em: 09 abr. 2012.
- _____. **Lei no 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/4DrjvJ>>. Acesso em: 03 mar. 2010.
- CARVALHO, E. J. G. Estudos comparados em educação: novos enfoques teórico-metodológicos **Revista Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 36, n. 1, p. 129-141, Jan.-June, 2014.
- CARISSIMI, A. C. V. **Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015**; 203 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.
- CHIROQUE, S. Sindicato Docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. C.; FRAGA, L. V.; **Dicionário: Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO: UFMG, 2010.
- FERRAZ, M. A.; GINDIN J. Sindicalismo docente no governo Lula: desafios de protagonismo e fragmentação. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI M. A.; FERRAZ, M. **O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.
- GOUVEIA A. B. e FERRAZ, M. A. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 48, p. 111-129, abr/jun. 2013.
- GOUVEIA, A. B.; TAVARES, T. M. O magistério no contexto federativo: planos de carreira e regime de colaboração. **Retratos da Escola/CNTE**. Brasília, v. 6, n. 10, jan./jun. 2012.
- GROCHOSKA, M. A. O estatuto da carreira docente em Portugal: marco legal e contexto de organização dos professores. **Jornal de Políticas Educacionais**. Curitiba, v. 9, n.17, ago/dez. 2015
- ROBERT, A. Os sindicatos de professores e a pesquisa em educação. Sobre alguns deslizes epistemológicos; In: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; DAL ROSSO, S.; **Associativismo e sindicalismo em educação: teoria, história e movimentos**. Brasília: Paralelo 15, 2013.
- VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.
- STOLEROFF, A.; SANTOS, P.; **Fragmentos de visas profissionais de professores: vivências e reacções às recentes reformas educativas**; Atas do VII Congresso Português de Sociologia: Sociedade, Crise e Reconfigurações, APS, 2012.